



COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

cosesp
seguros

Balancos Patrimoniais em 28 de Fevereiro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil)

Ativo	Nota Explicativa	28/02/2022		31/12/2021	
		28/02/2022	31/12/2021	28/02/2022	31/12/2021
Circulante		185.703	193.724		
Disponível	5	184.924	5.298		
Caixa e Bancos		184.924	165		
Equivalente de Caixa	5	-	5.133		
Aplicações	5	48	187.080		
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros					
Resseguros	6	37	131		
Operações com Seguradoras		37	25		
Operações com Resseguradoras		-	106		
Outros Créditos Operacionais			2		
Títulos e Créditos a Receber		694	1.198		
Títulos e Créditos a Receber	8.2	226	247		
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	452	935		
Outros Créditos	8.2	16	16		
Outros Valores e Bens		-	15		
Outros Valores		-	15		
Ativo Não Circulante		24.201	28.032		
Realizável a Longo Prazo		18.608	22.410		
Ativos de Resseguro e Retrocessão		7	4.262		
Títulos e Créditos a Receber		16.239	18.148		
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	164	164		
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.3	16.075	17.984		
Investimentos		9	3.998		
Imóveis Destinados à Renda		3.994	3.998		
Imobilizado		10	1.599		
Imóveis de Uso Próprio		1.182	1.183		
Bens Móveis		417	441		
Total do Ativo		209.904	221.756		

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

Demonstrações de Resultado - Exercícios Ffindos em 28 de Fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil, exceto o Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação)

	Nota Explicativa	28/02/2022		31/12/2021	
		28/02/2022	31/12/2021	28/02/2022	31/12/2021
Prêmios Emitidos		16	-		89
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		17	-		3.424
Prêmios Ganhos					3.513
Sinistros Ocorridos		18	2.214		12.213
Outras Receitas e Despesas Operacionais		19	1.363		(8.976)
Resultado com Resseguro		20	(234)		(2.475)
Despesas Administrativas		21	(7.409)		(10.016)
Despesas com Tributos		22	(260)		(941)
Resultado Financeiro		23	10.957		2.479
Resultado Patrimonial		24	525		2.567
Resultado Operacional			7.156		(1.636)
Ganhos/(Perdas) com Ativos não Correntes			132		233
Resultado Antes dos Impostos e Participações			7.288		(1.403)
Imposto de Renda		25	(1.842)		-
Contribuição Social		25	(1.106)		-
Participações sobre o Lucro			-		-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício			4.340		(1.403)
Quantidade de Ações (lote de 1.000 ações) ..			120.000		120.000
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício por Ação (lote de 1.000 ações) - R\$			36,17		(11,69)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

Demonstrações de Resultado Abrangente - Exercícios Ffindos em 28 de Fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil)

	28/02/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	4.340	(1.403)
Total do Lucro/(Prejuízo) Abrangente do Exercício	4.340	(1.403)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Ffindos em 28 de Fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil)

	28/02/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	4.340	(1.403)
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	29	180
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos Financeiros	187.032	11.153
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	94	35
Ativos de Resseguros	1.893	1.944
Créditos Fiscais e Previdenciários	483	1.199
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.909	3.147
Outros Ativos	38	253
Contas a Pagar	(1.172)	(179)
Impostos e Contribuições	(68)	58
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	(18.239)	(14.894)
Provisões Judiciais	3.287	(1.595)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	179.626	(102)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	179.626	(102)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	5.298	5.400
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	184.924	5.298
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalente de Caixa	179.626	(102)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

Ajustes realizados em 2021 Reflexo valor (R\$)

	Ativo de Resseguro - Provisão de Sinistro a Liquidar - Seguro Habitacional	Despesa	Reflexo valor (R\$)
Ativos de Resseguros ..			
Seguros Reativados	Outras Provisões - Acordo Judicialmente	Despesa	(10.184)
Provisões Técnicas - Seguros	PCC - Provisão Complementar de Cobertura	Receita	3.389
	PPNG - Provisão de Prêmios Não Ganhos	Receita	6
	IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Receita	1.386
	IBNER - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados	Receita	6.785
	PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	Receita	5.643
	Indenizações em Liquidação - FESA/FCVS	Despesa	(6.292)
Total de ajustes de Provisões Técnicas - Seguros			10.917
Reflexo no Ativo Líquido			(1.469)

2. Critérios de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. De acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Contábeis em seus itens 2.24 a 2.29 onde define que a comparabilidade é uma característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens das referidas Demonstrações.

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 possuem como data de encerramento o dia 28/02/2022, em razão do encerramento do processo de liquidação da Companhia. Desta forma, fica impossibilitada a comparação das Demonstrações Contábeis de 2022 com as Demonstrações Contábeis de 2021, devido a data de encerramento do exercício serem diferentes.

Na elaboração das presentes Demonstrações Contábeis, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia atua, utilizada na preparação das Demonstrações Contábeis, é o Real (R\$).

2.2 Estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As Notas Explicativas 3.1 - Contratos de seguros; 3.3 - Instrumentos financeiros; 5 - Disponível, equivalente de caixa e aplicações financeiras; 8.1 - Créditos tributários e previdenciários; 12 - Provisões técnicas - seguros e 13 - Outros débitos - provisões judiciais - incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

2.3 Continuidade

Em 01/10/2021, por meio de AGE - Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a dissolução e início do processo de liquidação da Companhia, com fixação de prazo para sua extinção em até 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da referida Assembleia.

Em 28/02/2022, foi encerrado o processo de liquidação da COSESP e a Assembleia Geral Extraordinária de dissolução ocorrerá em 30/03/2022.

2.4 Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a segregação das contas patrimoniais em circulante considerando a expectativa de realização em até 12 (doze) meses e não circulante considerando a expectativa de realização após 12 (doze) meses. Os principais itens patrimoniais sem vencimento definido e classificados como administrativos são considerados no circulante e os itens classificados como judiciais são considerados no não circulante.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão assim definidas:

3.1 Contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a reativação das apólices ocorria por determinação judicial, sendo os riscos

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Ffindos em 28 de Fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil)

	Reservas de Lucros					Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ações em Tesouraria	Lucro Prejuízo Acumulado	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.000	7.779	-	(127)	-	127.652
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(1.403)	(1.403)
Transferência para Reservas	-	(1.403)	-	-	1.403	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.000	6.376	-	(127)	-	126.249
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	4.340	4.340
Transferência para Reservas	-	4.340	-	-	(4.340)	-
Saldos em 28 de fevereiro de 2022	120.000	10.716	-	(127)	-	130.589

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Ffindos em 28 de Fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em R\$ mil)

1. Contexto operacional	Ativos				Ativos			
	Líquidos	Ajustes da Liquidação	Líquidos	Líquidos	Líquidos	Ajustes da Liquidação	Líquidos	Líquidos
Demonstração dos Ativos Líquidos	31/12/2021	Liquidação	Ajustados	28/02/2022				
Passivos								
Obrigações a Pagar	209	-	209	-				
Seguros Reativados								
Judicialmente	672	-	672	-				
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	250	-	250	-				
Encargos Trabalhistas	713	5.455	6.168	-				
Impostos e Contribuições	68	2.948	3.016	-				
Provisões								
Provisões Técnicas - Seguros	78.754	(17.641)	61.113	61.187				
Provisões Fiscais	952	3.189	4.141	4.147				
Provisões Trabalhistas	543	-	543	547				
Provisões Cíveis	13.346	-	13.346	13.434				
Total de Passivos	95.507	(6.049)	89.458	79.315				
Ativos Líquidos	126.249	4.079	130.328	130.589				
Demonstração dos Ativos Líquidos								
Ativos								
Caixa e Equivalente de Caixa	4.007	-	4.007	5.298				
Aplicações	193.213	-	193.213	187.080				
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	135	-	135	133				
Títulos e Créditos a Receber ..	401	-	401	278				
Créditos Tributários e Previdenciários	1.488	-	1.488	1.099				
Ativos de Resseguros	6.403	(2.202)	4.201	4.262				
Depósitos Judiciais e Fiscais ..	19.041	-	19.041	17.984				
Investimentos								
Imóveis Destinados à Renda ..	4.004	-	4.004	3.998				
Imobilizado								
Imóveis de Uso Próprio	1.185	-	1.185	1.183				
Bens Móveis	481	-	481	441				
Total de Ativos	230.358	(2.202)	228.156	221.756				
Passivos								
Obrigações a Pagar	197	-	197	209				
Seguros Reativados								
Judicialmente	-	10.917	10.917	672				
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	300	-	300	250				
Encargos Trabalhistas	1.068	-	1.068	713				
Impostos e Contribuições	-	-	-	68				
Provisões								
Provisões Técnicas - Seguros ..	88.168	(10.184)	77.984	78.754				
Provisões Fiscais	949	-	949	952				
Provisões Trabalhistas	536	-	536	543				
Provisões Cíveis	15.002	-	15.002	13.346				
Total de Passivos	106.220	733	106.953	95.507				
Ativos Líquidos	124.138	(1.469)	122.669	126.249				

Detalhamento da base para os ajustes da liquidação:

A reversão e reclassificação dos Ativos de Resseguros e das Provisões Técnicas de Seguros, constituídas em conformidade com a Resolução CNSP nº 321/2015, regulamentada pela Circular SUSEP nº 517/2015 e Nota Técnica Atuária, foram realizadas em razão da Portaria SUSEP nº 7.847, de 06.09.2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 20.09.2021, que cancelou a autorização da COSESP para operar no mercado segurador, ou seja, a Companhia deixou de ser sociedade seguradora supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e iniciou seu processo de liquidação. Portanto, não havendo mais a necessidade de constituição das referidas provisões técnicas.

Em contrapartida, em razão de decisões judiciais definitivas desfavoráveis à COSESP, foi necessária a negociação direta com o segurado para o pagamento do contrato de seguro, ou seja, a constituição da obrigação a pagar da indenização da importância segregada dos seguros reativados judicialmente para 46 (quarenta e seis) segurados.

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - EM LIQUIDAÇÃO - CNPJ nº 62.088.042/0001-83

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em R\$ mil)

emitidos caracterizados como contratos de seguros.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o saldo em caixa, os depósitos bancários e os investimentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da transação, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e não são vinculados à cobertura de provisões técnicas, utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia determina a classificação inicial de seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante independentemente do vencimento dos títulos. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações na mensuração ao valor justo dos respectivos ativos são registrados e apresentados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis compreendem ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem, substancialmente, os créditos das operações de seguros, resseguros e outros recebíveis.

iii) Redução ao valor recuperável (impairment)**a) Ativos Financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou a ausência de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período correspondente.

b) Créditos com Operações com Resseguradoras

Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável, para os créditos não recebidos após 180 (cento e oitenta) dias, em observância a Circular SUSEP nº 517/2015, § 4º do artigo 168.

iv) Valor justo dos ativos financeiros

As quotas do fundo exclusivo, lastreado em papéis do Tesouro Nacional, são valorizadas pelo valor da quota informado pelo administrador do fundo na data de encerramento do balanço que tem seu valor justo apurado a partir das tabelas de referência divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

3.4 Créditos Tributários e previdenciários

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações Contábeis, observando os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

3.5 Ativos de resseguros

Os ativos de resseguros compreendem, substancialmente, as parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto ao IRB-Brasil Re.

3.6 Ativos não circulantes**i) Investimentos**

É composto, substancialmente, por imóveis destinados à renda, e foram registrados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, que é apurada de acordo com a vida útil (28 anos) remanescente dos imóveis.

ii) Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear.

As taxas anuais utilizadas para cálculo da depreciação são as seguintes: 3,57% para imóveis de uso, apurada de acordo com a vida útil (28 anos) remanescente; 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para equipamentos de informática, sistemas aplicativos e veículos.

3.7 Provisões técnicas**i) Provisão de sinistros a liquidar - PSL**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações Contábeis. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial está classificada no passivo não circulante e a provisão é determinada de acordo com o estágio judicial de cada ação sendo atualizada monetariamente.

ii) Provisão de Valores a Regularizar - PVR

A provisão de valores a regularizar é constituída em razão do trânsito em julgado da decisão favorável à COSESP nas ações de reativações de apólices. A Companhia obteve êxito nos referidos processos nos tribunais superiores com decisões de total improcedência dos pedidos iniciais e declaração da legalidade do cancelamento das apólices securitárias. Em decorrência das decisões judiciais, a COSESP está devolvendo os prêmios pagos pelos segurados durante a reativação provisória das apólices, bem como efetuou o cancelamento dos sinistros avisados à Companhia. A Nota Técnica foi elaborada de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321/2015, regulamentada pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

3.8 Passivos financeiros

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das Demonstrações Contábeis.

3.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**i) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii) Passivos contingentes (ações judiciais não relacionadas a sinistros)

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

3.10 Patrimônio Líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis no final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia.

3.11 Reconhecimento de Receitas e Despesas

O resultado é apurado pelo regime de competência.

i) As receitas e despesas com contrato de seguros

Os prêmios dos contratos de seguro são reconhecidos quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, bem como as correspondentes provisões técnicas são reconhecidas no resultado em observância à Circular SUSEP nº 517/2015.

ii) Receitas e despesas financeiras

As receitas abrangem receitas de juros de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, bem como a atualização dos depósitos judiciais apresentados no ativo não circulante. As despesas financeiras compreendem a atualização monetária pelo INPC, acrescido dos juros de mora para a provisão de sinistros a liquidar judicial e provisões civis.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os

impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

4. Gerenciamento de risco

A COSESP tem como principal acionista a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com a participação de 94,7% do capital social da Companhia, portanto, obrigada a observar o disposto no Decreto Estadual nº 60.244, de 14 de março de 2014, e alterações posteriores, que determina que as empresas com administração do poder público devem centralizar as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estavam aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do Tesouro Nacional. Os valores foram resgatados sem perdas financeiras e serão transferidos aos acionistas.

A Companhia manteve políticas definidas e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações até o encerramento da liquidação. Devido ao fato de a Companhia não subscrever riscos após o início da liquidação, a estrutura administrativa era compatível às necessidades dos processos operacionais, financeiros e legais.

5. Disponível, equivalente de caixa e aplicações financeiras**5.1 Disponível**

O valor disponível no Banco refere-se ao resgate total do fundo exclusivo em razão do encerramento da liquidação da COSESP. Os valores serão transferidos aos acionistas na partilha dos ativos líquidos remanescentes, conforme previsto na Lei nº 6.404/1976 e Decreto nº 64.418/2009.

Descrição	28/02/2022	31/12/2021	
Disponível	Caixa e Bancos	184.924	165
Total	184.924	165	

5.2 Composição das aplicações financeiras por títulos e prazos

Títulos	Vencimento		28/02/2022	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Contábil/Justo	Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	48	-	48	48
Tesouraria e contas a pagar (1)	48	-	48	48
Total	48	-	48	48

Títulos	Vencimento		31/12/2021	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Contábil/Justo	Atualizado
Quotas de fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	44.050	148.163	192.213	192.213
LFT	-	148.163	148.163	148.347
Operações compromissadas	43.958	-	43.958	43.958
Tesouraria e contas a pagar	92	-	92	(92)
Total	44.050	148.163	192.213	192.213

5.3 Aplicações financeiras e equivalente de caixa - movimentação

Título	Saldo em 31/12/2021		Resultado Financeiro		Saldo em 28/02/2022
	Aquisições	Alienações	Receber	Receber	
Quotas de Fundos de Investimentos	192.213	1.710	(196.764)	2.889	48
Total	192.213	1.710	(196.764)	2.889	48

Título	Saldo em 31/12/2020		Resultado Financeiro		Saldo em 31/12/2021
	Aquisições	Alienações	Receber	Receber	
Quotas de Fundos de Investimentos	203.510	870	(20.530)	8.363	192.213
Total	203.510	870	(20.530)	8.363	192.213

(1) O saldo de aplicação em 28/02/2022, refere-se ao bloqueio judicial Processo judicial nº 28-28.2009.8.18.0049, Vara Única de Elesbão Veloso - Tribunal de Justiça do Piauí.

6. Créditos das operações com seguros e resseguros

Descrição	28/02/2022		31/12/2021	
	Provisão para Prêmios a Receber	Risco de Crédito Líquido	Provisão para Prêmios a Receber	Risco de Crédito Líquido
Operações com Resseguradoras	37	-	37	149
Operações com Resseguradoras	880	(880)	-	1.572
Total - Circulante	917	(880)	37	1.721

7. Ativos de resseguros - provisões técnicas

Descrição	Valores a Receber	
	28/02/2022	31/12/2021
Recuperação de sinistros pendentes	2.369	4.262
Total	2.369	4.262

Os valores a receber registrados na rubrica "Ativos de resseguros - provisões técnicas" referem-se à recuperação da parcela de resseguro dos sinistros em discussão judicial.

Os valores a recuperar são constituídos com base nos contratos firmados no passado com o IRB - Brasil Resseguros S.A. Os critérios para registro das respectivas recuperações são os mesmos utilizados para a constituição dos sinistros em discussões judiciais, ou seja, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Assim como as obrigações registradas na rubrica Provisão de Sinistros a Liquidar no passivo não circulante, os valores são atualizados monetariamente até a data do balanço.

8. Títulos e créditos a receber**8.1 Créditos tributários e previdenciários**

Descrição	28/02/2022		31/12/2021	
	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	PIS a Compensar	Créditos Previdenciários	Total
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	452	-	668	-
PIS a Compensar	-	-	267	-
Créditos Previdenciários	-	-	164	164
Total	452	-	668	1.099

8.2 Títulos e créditos a receber

Descrição	28/02/2022		31/12/2021	
	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	PIS a Compensar	Créditos Previdenciários	Total
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	452	-	668	-
PIS a Compensar	-	-	267	-
Créditos Previdenciários	-	-	164	164
Total	452	-	668	1.099

8.3 Créditos tributários e previdenciários

Descrição	28/02/2022		31/12/2021	
	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	PIS a Compensar	Créditos Previdenciários	Total
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	452	-	668	-
PIS a Compensar	-	-	267	-
Créditos Previdenciários	-	-	164	164
Total	452	-	668	1.099

O imposto de Renda e a Contribuição Social a compensar refere-se à antecipação de

Os valores a recuperar são constituídos com base nos contratos firmados no passado com o IRB - Brasil Resseguros S.A. Os critérios para registro das respectivas recuperações são os mesmos utilizados para a constituição dos sinistros em discussões judiciais, ou seja, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Assim como as obrigações registradas na rubrica Provisão de Sinistros a Liquidar no passivo não circulante, os valores são atualizados monetariamente até a data do balanço.

8.4 Títulos e créditos a receber

Descrição	28/02/2022		31/12/2021	
	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	PIS a Compensar	Créditos Previdenciários	Total
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	452	-	668	-
PIS a Compensar	-	-	267	-
Créditos Previdenciários	-	-	164	164
Total	452	-	668	1.099

O imposto de Renda e a Contribuição Social a compensar refere-se à antecipação de

12. Provisões técnicas - seguros

Descrição	28/02/2022		31/12/2021	
	Saldo Inicial	Ajustes de Estimativas	Saldo Inicial	Ajustes de Estimativas
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial) - PSL	77.560	(2.350)	(1.054)	(12.969)
Provisão de Valores a Regularizar - PVR	1.866	(1.392)	(474)	-
Total	79.426	(3.742)	(1.528)	61.187

Descrição	31/12/2021		Saldo Final
	Saldo Inicial	Ajustes de Estimativas	
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa / Judicial) - PSL	73.838	224	74.062
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	5.840	822	6.662
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER	7.851	-	7.851
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	3.419	-	3.419
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	1.545	77	1.622
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	5	44	49
Provisão de Valores a Regularizar - PVR	1.822	10.305	12.127
Total	94.320	11.472	105.792

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1.1, a reversão e reclassificação das Provisões Técnicas de Seguros, constituídas em conformidade com a Resolução CNSP nº 321/2015, regulamentada pela Circular SUSEP nº 517/2015 e Nota Técnica Atuarial, foram realizadas em razão da Portaria SUSEP nº 7.847, de 06.09.2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 20.09.2021, que cancelou a autorização da COSESP para operar no mercado segurador, ou seja, a Companhia deixou de ser sociedade seguradora supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e iniciou seu processo de liquidação. Portanto, não havendo mais a necessidade de constituição das referidas provisões técnicas.

Em relação a movimentação da Provisão de Valores a Regularizar, refere-se à constituição e ao pagamento da indenização da importância segurada das apólices reativadas judicialmente para 46 (quarenta e seis) segurados, em razão de decisões judiciais definitivas desfavoráveis a COSESP.

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 61.187 (R\$ 77.556 em 31/12/2021), estão provisionados na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar - não circulante", e são constituídos levando em conta o estágio processual de cada discussão e são atualizados monetariamente pelo INPC, acrescido dos juros de 0,5% a.m. até dezembro/2002 e 1% a.m. a partir de janeiro/2003 até a data-base. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Chances de Ocorrência	28/02/2022		31/12/2021	
	Quantidade ações	Valor em risco	Quantidade de ações	Valor em risco
Provável	113	39.853	188	56.423
Possível	197	44.807	203	45.827
Remota	86	36.375	88	38.333
Total	396	121.035	479	140.583

* Valor bruto de cossseguro cedido de R\$ 1.378 (R\$ 2.062 em 31/12/2021).

13. Outros débitos - provisões judiciais

Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e posicionamento dos Tribunais.

13.1 Provisões fiscais

INSS

Refere-se à autuação fiscal procedida pelo INSS, sob a alegação de não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos em folha de pagamento a título de vale-transporte, conforme Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15.03.2002. Para garantia da demanda, a Companhia possui depósito judicial atualizado no montante de R\$ 1.280 (R\$ 1.274 em 31/12/2021).

IRPJ/CSLL apurados nos exercícios de 2019 e 2020.

O saldo referente ao PIS a compensar decorre de crédito habilitado pela RFB - Receita Federal do Brasil, oriundo de Mandado de Segurança impetrado pela COSESP objetivando o direito de compensar valores recolhidos indevidamente relativamente ao período compreendido entre 11/1997 e 12/1997. Julgado o mandado de segurança, restou reconhecido o direito à compensação dos valores recolhidos no período de 11/1997 e 12/1997, com quaisquer tributos administrados pela RFB - Receita Federal Brasil, devidamente atualizados pela taxa SELIC.

8.2 Títulos e créditos a receber e outros créditos a receber

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - EM LIQUIDAÇÃO - CNPJ nº 62.088.042/0001-83

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em R\$ mil)

13.2 Provisões trabalhistas

São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcance R\$ 547 (R\$ 543 em 31/12/2021).

Chances de Ocorrência

	28/02/2022			31/12/2021		
	Quantidades de ações	Valor em risco	Valor provisionado	Quantidades de ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável.....	3	547	547	3	543	543
Total	3	547	547	3	543	543

13.3 Provisões cíveis

São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 13.434 (R\$ 13.346 em 31/12/2021).

Chances de Ocorrência

	28/02/2022			31/12/2021		
	Quantidades de ações	Valor em risco	Valor provisionado	Quantidades de ações	Valor em risco	Valor provisionado
Provável.....	22	13.434	13.434	24	13.346	13.346
Total	22	13.434	13.434	24	13.346	13.346

13.4 Movimentação das provisões judiciais

Descrição	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	952	543	13.346	14.841
Constituição.....	827	-	-	827
Reversão/Baixa	-	-	(32)	(32)
Pagamentos.....	-	-	(14)	(14)
Atualização monetária e juros	2.368	4	134	2.506
Saldos em 28 de fevereiro de 2022	4.147	547	13.434	18.128

14. Processos Judiciais

14.1 Resumo dos processos judiciais

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, os processos em discussão judicial foram transferidos à PGE - Procuradoria Geral do Estado, na forma do artigo 8º, IV, §3º, do Decreto estadual nº 64.418/2019, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Decisão/Andamento	Quantidade	Valor em Risco	Valor Provisionado
Processos com sinistros (securitários)	Desfavorável	2ª instância	113	39.853
	Desfavorável	1ª instância	28	7.257
	Sem decisão	1ª instância	140	31.526
	Favorável	1ª instância	29	6.024
	Favorável	2ª instância	86	36.375
Processos cíveis	Desfavorável	2ª instância	22	13.434
	Favorável/Desfavorável	1ª instância	113	8.407
Processos tributários	Desfavorável	2ª instância	1	955
	Desfavorável	1ª instância	1	3.192
Processos trabalhistas	Desfavorável	2ª instância	3	547
	Favorável/Desfavorável	1ª instância	2	525
Total		538	148.095	80.693

14.2 Ativos e Passivos contingentes

PIS e COFINS

Em 1999, a Companhia impetrou ações judiciais nas quais questionava a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas pela Lei nº 9.718/1998. Estas ações judiciais foram transitadas em julgado com decisão favorável à Companhia. Com o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, pleiteado nas ações judiciais, a Companhia apresentou pedidos de habilitação dos referidos créditos tributários dos exercícios de 1999 a junho/2009 junto a Receita Federal do Brasil - RFB.

15. Patrimônio líquido

i) Capital Social

Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Acionistas

	Ordinárias	Partici-
	Nominativas	pação - %
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo	113.676.971	94,73%
Cia.de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP	6.197.058	5,16%
União - Ministério da Fazenda.....	48.604	0,04%
Ações em tesouraria.....	77.367	0,06%
Totais	120.000.000	100,00%

ii) Reserva de Lucro

Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital.

iii) Ações em Tesouraria

No exercício de 2003, foi efetuada a aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº 021/2003 e Processo S.F. nº 002-262990/1999.

No exercício de 2018, foi efetuada a aquisição de 9.723 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, em cumprimento ao Ofício CODEC nº 39/2018, que orienta o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas privados, em observância ao art. 91, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016. A COSESP mantém em Tesouraria 77.367 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial de R\$ 127.

iv) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, após deduções determinadas ou admitidas em Lei, bem como o pagamento sob a forma de juros sobre o capital próprio.

v) Partilha e rateio do ativo líquido

Demonstração dos Ativos Líquidos (em R\$)

Ativos	Ativos Líquidos 28/02/2022
Caixa e Equivalente de Caixa.....	184.924
Aplicações	48
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	37
Títulos e Créditos a Receber	242
Créditos Tributários e Previdenciários	616
Ativos de Resseguros.....	2.369
Depósitos Judiciais e Fiscais.....	16.075
Investimentos	
Imóveis Destinados à Renda.....	3.994
Imobilizado	
Imóveis de Uso Próprio.....	1.182
Bens Móveis	417
Total de Ativos	209.904
PROVISÕES	
Provisões Técnicas - Seguros	61.187
Provisões Fiscais.....	4.147
Provisões Trabalhistas	547
Provisões Cíveis.....	13.434
Total de Passivos	79.315
Ativos Líquidos	130.589

Liquidante	Responsável Técnico
MARCOS DA PAZ DA SILVA	MARCOS DA PAZ DA SILVA - CRC 1SP218980/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Referente ao período findo em 28 de fevereiro de 2022.

Ao

Liquidante e aos acionistas

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP (LIQUIDAÇÃO)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP (Liquidação), que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de dois meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP (Liquidação), em 28 de fevereiro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade Operacional e Comparabilidade das Demonstrações Contábeis

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2 e 2.3, que descrevem sobre a bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e sobre a continuidade da Companhia. Em 1º de outubro de 2021, por meio de AGE - Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a dissolução e início do processo de liquidação da Companhia, com fixação de prazo para sua extinção em até 180 dias a partir da data da referida Assembleia, sendo considerada a data de 28 de fevereiro de 2022, como a data de encerramento do período das Demonstrações Contábeis. Sendo assim, não há comparabilidade, característica qualitativa fundamental das informações, de acordo com o CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual, visto que os períodos findos são diferentes. Para 2021, o exercício findo é em 31 de dezembro de 2021, equivalente a 12 meses, e para 2022, o período findo

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1.1 e 12.1, a rubrica Apólices Reativadas

Judicialmente - Indenização refere-se a constituição e ao pagamento da indenização

da importância segurada para 46 (quarenta e seis) segurados reativados, em razão

de decisões judiciais definitivas desfavoráveis a COSESP.

20. Resultado com Resseguro

Descrição	28/02/2022	31/12/2021
Recuperação de Sinistros - Administrativos/Judiciais	(234)	(2.399)
Recuperação de Despesas com Sinistros - Administrativos / Judiciais	-	18
Variação da Provisão Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	-	(94)
Total	(234)	(2.475)

21. Despesas Administrativas

Descrição	28/02/2022	31/12/2021
Despesas com Pessoal	(1.158)	(8.270)
Indenizações Trabalhistas	(5.455)	(138)
Serviços de Terceiros	(204)	(598)
Localização e Funcionamento.....	(117)	(348)
Depreciação/Amortização	(25)	(154)
Publicações	(414)	(385)
Outras Despesas.....	(36)	(123)
Total	(7.409)	(10.016)

Em razão do encerramento da liquidação da Companhia os contratos de trabalho dos empregados foram encerrados e indenizados.

22. Despesas com Tributos

Descrição	28/02/2022	31/12/2021
Despesas com PIS/COFINS	(159)	(343)
Despesas com Taxa de Fiscalização.....	-	(156)
Despesas com Impostos Municipais/Estaduais	(101)	(442)
Total	(260)	(941)

23. Resultado Financeiro

O montante de R\$ 10.957 (R\$ 2.479 em 31/12/2021), tem a seguinte composição:

i) Receitas Financeiras

Descrição	28/02/2022	31/12/2021
Quotas de Fundos de Investimentos	2.889	8.363
Depósitos Judiciais e Fiscais.....	153	500
Atualização de Crédito Tributário.....	11	54
Outras Receitas.....	7	8
Total	3.060	8.925

ii) Despesas Financeiras

Descrição	28/02/2022	31/12/2021
Reversão/Constituição Juros e Atualizações das Provisões Judiciais	8.186	(6.315)
Despesas com IOF	(274)	-
Outras Despesas.....	(15)	(131)
Total	7.897	(6.446)

24. Resultado Patrimonial

Descrição	28/02/2022	31/12/2021
Receitas com imóveis destinados à renda - alugueis.....	529	2.589
Despesas com depreciação/outras	(4)	(22)
Total	525	2.567

25. Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	28/02/2022	31/12/2021		
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Resultado antes de tributos e após participações	7.288	7.288	(1.403)	(1.403)
Resultado antes de Impostos e Participações	7.288	7.288	(1.403)	(1.403)
(+/-) Ajustes temporários	3.247	3.247	(11)	(11)
(+/-) Ajustes permanentes	13	2	161	54
Base de cálculo dos tributos	10.548	10.537	(1.253)	(1.360)
IRPJ à alíquota de 15% / Adicional de IRPJ à alíquota de 10%	2.633	-	-	-
Contribuição Social à alíquota de 15%.....	-	1.580	-	-
Valor do IRPJ/CSL	2.633	1.580	-	-
Constituição de crédito tributário.....	(791)	(474)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados	1.842	1.106	-	-

26. Transações com Partes Relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05 (R1). A remuneração paga aos administradores, registrada na rubrica "Despesas Administrativas", referentes a benefícios de curto prazo, totalizou no exercício de 2022 o montante de R\$ 174 (R\$ 1.419 em 31/12/2021).

Adicionalmente, a Companhia mantém contrato de aluguel com a Procuradoria Geral do Estado e a receita reconhecida no exercício de 2022 totalizou R\$ 529 (R\$ 2.589 em 31/12/2021).

27. Demais Eventos

Em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia tomou as providências necessárias para o cumprimento dos Decretos e Normativos emitidos pelo Governo do Estado de São Paulo que determinam a adoção de medidas de caráter temporário e emergencial, objetivando a prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus).

Diante dessa crise sem precedentes, a COSESP se comprometeu em fornecer um ambiente seguro para todos os seus colaboradores e a segurança das informações, monitorando continuamente o impacto da crise atual sobre as principais operações da Companhia.

é de 28 de fevereiro de 2022, equivalente a dois meses. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Encerramento das Atividades

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 e nº 2.3, em 1º de outubro de 2021, por meio de AGE - Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a dissolução e início do processo de liquidação da Companhia, com fixação de prazo para sua extinção em até 180 dias a partir da data da referida Assembleia. A Companhia elaborou o Plano de Liquidação em observância às disposições contidas na Lei federal nº 6.404/1976, no artigo 66, da Lei estadual nº 17.293/2020, no Decreto estadual nº 64.418/2019 e nas orientações do CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado. As ações realizadas para liquidação da COSESP foram: i) Pagamento das apólices de seguros reativadas judicialmente - 46 segurados; ii) Transferência dos processos judiciais à PGE - Procuradoria Geral do Estado, ao final da Liquidação, na forma do artigo 8º, IV, §3º, do Decreto estadual nº 64.418/2019; iii) Encerramento e quitação dos contratos de prestação de serviços/fornecedores; iv) Encerramento dos contratos de trabalho e indenização dos empregados; v) Adoção das medidas necessárias para recuperação dos valores depositados em juízo favoráveis a COSESP; vi) Reavaliação do valor do imóvel sede da COSESP. O referido plano de liquidação foi aprovado pelo CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, conforme Ofício CODEC nº 148/2021. A execução e cumprimento das ações foram realizadas e encerradas em 28 de fevereiro de 2022, assim finalizando o processo de liquidação da COSESP e a Assembleia Geral Extraordinária de dissolução ocorrerá em 30 de março de 2022. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Provisões Técnicas

Conforme descrito na Nota Explicativa 3.7, as Provisões Técnicas em 28 de fevereiro de 2022 apresenta o saldo de R\$ 61.187 (R\$ 77.556 em 31 de dezembro de 2021). A reversão e reclassificação das Provisões Técnicas de Seguros, constituídas em conformidade com a Resolução CNSP nº 321/2015, regulamentada pela Circular SUSEP nº 517/2015 e Nota Técnica Atuarial, foram realizadas em razão da Portaria SUSEP nº 7.847, de 6 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 20.09.2021, que cancelou a autorização da COSESP para operar no mercado segurador, ou seja, a Companhia deixou de ser sociedade seguradora supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e iniciou seu processo de liquidação. Portanto, não havendo mais a necessidade de constituição das referidas provisões técnicas, com exceção da provisão de sinistro a liquidar, oriunda dos contratos de seguros, comercializados pela Companhia e que suas obrigações serão transferida a PGE - Procuradoria Geral do Estado, na forma do artigo 8º, IV, §3º, do Decreto estadual nº 64.418/2019. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados -

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - EM LIQUIDAÇÃO - CNPJ nº 62.088.042/0001-83**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião;

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis;

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores

fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo;

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Em Liquidação, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao 1º bimestre de 2022, aprovados por deliberação do Liquidante em 14/03/2022 e, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pelo Liquidante, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes da empresa Russel Bedford Auditores Independentes S/S, datado de 14/03/2022, sobre as demonstrações financeiras, sem ressalvas, observando a ênfase quanto ao contexto de extinção da Companhia, concluíram que os documentos acima, em todos os seus

aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e em condições de ser submetidos à deliberação dos Acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, agendada para o dia 30 de março de 2022.

São Paulo, 16 de março de 2022.

Adriana Azevedo Pannunzio
Eduardo Ribeiro Adriano
Tzung Shei Ue

Jaime Alves de Freitas
José Benedito Priori



COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

coesp
seguros